

Neste pequeno e pouco pretensioso artigo em que tomo o sertão como escopo, pretendo ocupar-me da tentativa de exegese de uma idéia de nosso grande escritor João Guimarães Rosa, que pode ser encontrada a poucas páginas do início do *Grande sertão: veredas*.

Nos prolegômenos de sua narrativa, quando ainda se apresenta para o seu atento interlocutor tentando colocar-se como alguém diferente, um personagem que diverge de todos e que, embora não saiba de quase nada, desconfia de muita coisa, diz o jagunço Riobaldo Tatarana: “Não me assente o senhor por beócio. Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias...”¹

Isto posto, é tempo de nos pormos a caminho, na sacrificante viagem que vamos empreender. Seja na direção oposta à que vai dar no litoral, seja, coincidentemente, na que deságua em nossa identidade.

São duas as maneiras mais eficazes de chegar ao sertão. Uma é com as pernas; a outra, com a mente. Uma possível etnohistória do sertão talvez seja um projeto mais difícil de ser concretizado do que utópico. Em razão de seus variados modos de manifestação, o sertão acaba se fundindo num real tópico. Tópico no sentido de que ele se dá em vários lugares e de vários modos diferentes. E é ainda Rosa quem nos socorre ao dizer que “o sertão é sem lugar” e que o sertão é quase uma inesperada existência em estado volátil: “o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera”.

O sertão-coisa

Como ponto de partida, pensemos a coisificação do sertão como uma realidade que possui importância diversa para nós brasileiros e para os outros. Para estes últimos, ele nunca passou de um referente, algo palpável e concebido como lugar. Ainda que não tenham chegado até nós estudos esclarecedores a respeito, o sertão como modelo de um vácuo civilizacional pode ser comparado a outros lugares tão ou mais extensos quanto ele como, por exemplo, o deserto do Saara, a Patagônia e a Sibéria. Cada um, de certo, com sua lógica e seus excessos ou seus vácuos conceituais, mas que não pode servir de parâmetro para a compreensão dos demais.

¹ Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília. Professor aposentado da Universidade Federal de Goiás.

Não temos uma idéia muito precisa a respeito, seja da invenção primordial, seja da recepção a partir de uma cadeia que difundiu a noção espacial do sertão. O modo como nossos colonizadores ibéricos vêm tratando a idéia não se alterou, comprovadamente, pelo menos desde o século de nosso descobrimento ou, como querem alguns, de nossa invenção. É essa impressão que se pode tirar, por exemplo, da leitura dos relatos de naufragos registrados em livro pelo português Ricardo Gomes de Brito,ⁱⁱ todos escritos no século XVI. Aí, a noção geral que subsume ao signo sertão é a mesma que nos foi imposta desse momento até quase meados do século XX: a de que a sua lógica espacial é a de opor-se ao litoral.

Nessa acepção, o sertão é o mau lugar. Sua característica principal é a de que quem nele entrar irá encontrar a ausência completa dos índices de civilização: o mato, os perigos, as feras, os insetos, a desorientação espacial, os silvícolas, as “asperezas do sertão”, enfim, como afirma o naufrago Manoel de Mesquita Perestrello em 1554.ⁱⁱⁱ

O que é preciso ter em mente é que, desde este momento inaugural, isto é, desde a sua compreensão como sertão-lugar, o que o define é a retórica da comparação. Parece que a partir mesmo de sua origem vem ele sendo pensado como um tropo de natureza antitética. Neste sentido, o sertão, como espaço definido, reconhecido, podendo ser apontado, medido, conquistado, submetido pela força e civilizado, se opõe ao litoral, detentor das benesses da modernidade. De um lado, a rudeza e as rugosidades tragadas pela distância; de outro, a tranqüilidade da beira do mar e de suas adjacências.

Em seu sentido originário e espacial, encontra-se em nível da realidade dada e natural, podendo ser reconhecido por todos como um enclave no interior da nação. É desse modo que o sertão é visto pela quase totalidade dos que enfrentam a questão. Inclusive por alguns entre os pensadores que tratam o sertão de uma perspectiva menos material e, portanto, mais mental. Ou como uma categoria do entendimento nacional. É o que faz, já não digo, Euclides da Cunha, em especial na parte de *Os sertões* a que denominou “A terra”. Mas por exemplo interpretadores da ficção roseana que tentam localizar geograficamente a área sertaneja dentro de certos limites objetivos e passíveis de ser reconhecidos no mapa: “Dá-se o nome de sertão a uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, que abrange boa parte dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. É o núcleo central do país”.^{iv} Ou como outros que queimam suas pestanas para encontrar o Liso do Sussuarão, região simbólica e cuja existência muito provavelmente não possa ser comprovada do lado de fora das quase seiscentas páginas do livro e da mente privilegiada de Rosa.

Os sentidos e atributos aplicados a esta noção estão relacionados à presença do homem no sertão. Às ameaças e perigos que revertem sobre ele. Aí, o que o estranho encontra é um ente quase mitológico no labirinto de caminhos que, vezes sem conta, foram a perdição dos sertanistas. Uma fera-mor que engloba as feras menores. Que facilita as entradas e obstrui as saídas para os que se dispõem a explorar suas entranhas. Um bom exemplo é o de Uberlândia que, ainda no século XIX, era chamada de “boca do sertão”. A organicidade positivista da imagem era mais do que suficiente no sentido de advertir o viajante de que, daquele ponto em diante, o que ele iria encontrar seriam as ásperas entranhas desse perigoso ente mitológico chamado sertão.

No entanto, a atribuição externa, proveniente principalmente das cidades, de que determinada área corresponde ao sertão, pode não encontrar aceitação por parte dos que aí vivem. Numa viagem que fiz ao sertão urucuiano acompanhado de duas colegas antropólogas, presenciei um diálogo bastante esclarecedor a este respeito. Uma delas perguntou a um pretense sertanejo se ali onde nos encontrávamos já era o sertão, a cuja indagação ele deu a seguinte resposta: “Não, o sertão é mais pra lá, no rumo da Barra da Vaca. Mas aqui já foi sertão”. Com toda a certeza, a negativa estava relacionada à recusa do sertão como o lugar do atraso e da falta de acesso aos índices da vida moderna. Neste caso, é o lugar que está fora das idéias que se tem a seu respeito. Como se tivesse havido um deslizamento geológico e ali, onde já fora sertão bruto, agora tivesse se transformado, no mínimo, em adjacências do litoral.

Ainda que esta compreensão provenha da cultura, a referência ao sertão-coisa é sempre feita de um modo realista. Ele é um dado da natureza com que, por força de certas circunstâncias, somos obrigados a conviver.

O sertão-idéia

Uma coisa é tratar o sertão como um real concreto e palpável. Outra bem diferente é procurar compreendê-lo como uma categoria do nosso entendimento. Para fazer esta segunda viagem, uma viagem mental e ideológica em direção à compreensão de nossa identidade, é preciso considerar primeiramente as mudanças ocorridas em especial por volta da metade do século passado, mas que se iniciaram bem antes.

Neste aspecto, ainda que sua visão sobre o sertão conservasse a noção herdada dos portugueses com base em algo plenamente coisificado, Euclides da Cunha já chamava a atenção para as conotações de brasilidade da luta dos sertanejos pela existência espiritual e corpórea. Entre um discurso científico e a tentativa de afirmação da jagun-

çagem, acaba ficando, em tudo o que foi apontado como preconceito, o início da cissiparidade de uma idéia, o que faz surgir um outro registro para o sertão.

Pouco antes dos anos 30, coloca-se em marcha no país um movimento de re-significação. E agora o lugar-sertão ocupa importância igual ao de seu morador, o sertanejo. Algumas vezes sob outra denominação — caipira, interiorano, peão, queijeiro, vaqueiro, catrumano, babaquara, jeca, brocoió, bruaqueiro, caboclo, caburé, mandioqueiro, matuto, tabaréu e muitos outros — , o sertanejo agora é visto não mais como um símbolo da crispação e da encrespação que ameaça torturar, ferir e matar, mas como uma dimensão positiva de nossa identidade.

Isso por um lado. Por outro lado, a partir de determinado momento, perde a sua dimensão agrícola, acentuando sua porção pastoril. Num texto pequeno mas bastante revelador, o escritor regionalista goiano Hugo de Carvalho Ramos lança luzes sobre esta questão.^v De acordo com ele, deve-se tomar o sertão como um signo indicial que remete sempre para a criação pastoril, excluindo dele o mundo agrícola e seu personagem acaipirado.

Principalmente a partir da década de 1940, no conteúdo de várias manifestações culturais ocorrerá uma tentativa de apagamento dos rastros agrícolas, notadamente da pequena agricultura e da agricultura parcelária, concomitantemente à acentuação de determinados aspectos da vida pastoril, em especial daqueles que remetem para o sertanejo como personagem de uma narrativa coletiva épica. Nessa narrativa, é bastante comum o surgimento do peão ou proprietário das boiadas como um fidalgo em constante travessia e do caipira como um infeliz sedentarizado a quem a sorte aquinhoou com muito pouco.

Neste ponto, tomo a liberdade para sugerir que, de um certo modo, afigura-se aí uma quase repetição do mitema judaico de Abel e Caim, isto é, do bom pastor que é atraído para um certo lugar, onde é assassinado pelo irmão, o agricultor Caim. Não seria talvez, por razões idênticas, que quando alguém está enfrentando uma situação particularmente difícil é costume entre nós afirmar que “fulano de tal está na lavoura”?

Os anos 50 são sobretudo pródigos no sentido de oferecer alternativas para esta segunda acepção do termo. Seja em razão da importância que passaria a ter o *Grande sertão* e o restante da obra de Rosa, seja pelo alargamento, em direção a outras manifestações culturais, do universo sertanista de locução: na música, na moda, no espetaculoso mundo do *showbiz*.

E então já era possível fazer a apologia do sertão, sem correr o risco da incompreensão ou de ser tachado de atrasado. Assim, o que era um lugar encravado no cora-

ção do Brasil e passível de ser percebido geograficamente se transformou numa parcela de sentido que podia ser usada para nos explicar como brasileiros. Se antes era o homem que adentrava ao sertão, agora é este que se metamorfoseia e se volatiliza para conseguir penetrar em nossa identidade. E de coisa, se transformou numa categoria do entendimento nacional.

Penso que é particularmente útil usar neste ponto a noção de *categoria do entendimento*, dando-lhe o sentido que a ela foi atribuída por Émile Durkheim. Conforme apontei em outro trabalho, ainda não publicado, a categoria do entendimento é um tipo de representação coletiva que transfigura e fixa valores, através de signos compreensíveis, concepções definidoras e marcas da especificidade, processo constitutivo que este pensador chamou de “ossaturas da inteligência”.^{vi} Apesar da figura positivista da constituição óssea, a idéia do sociólogo francês ajuda na compreensão de que a categoria é o elemento ideal em virtude do qual o homem deixa de pensar isoladamente para se assumir como parte do grupo. No entendimento de Durkheim ela é, assim, produto da práxis social e não um elemento surgido a priori como queria Kant.

No ponto em que se encontra a questão hoje, o sertão é visto como uma idéia ou um conjunto de idéias sobre que se fala de fora, mas como se o dono da fala se expressasse de dentro. O falante se expressa quase sempre de modo idealista e até romântico, procurando talvez aparar as asperezas com a intenção de transformar o sertão numa superfície lisa, desprovida de toda e qualquer fricção. Como se todo o sertão se transformasse numa espécie de “Liso do Sussuarão às avessas”, já que o simbolismo deste dentro do *Grande sertão* não é o do “melhor do que” e sim o do “ainda pior”. O ponto de vista é o do pertencimento. Daí, a constante remissão às idéias de pureza, de autenticidade, de tradição, enfim, mediante o uso da *raiz* como seu símbolo. A simbologia constitutiva da árvore, aliás, é de uso generalizado e bastante recorrente quando se trata da remissão à idéia de tradição.

Assim, o sertão-idéia se constitui num pouco de continuação sem perder de vista sua função de ruptura. Continuação porque, de qualquer modo, persistem as relações cidade(-)/campo. Rompimento porque ele deixou de ser uma coisa para se transformar numa idéia e, como tal, assume uma diversidade que não possuía antes. Abandonando a fisiologia estrutural monstruosa de um ser absurdo com boca e entranhas dispostas a consumir gente, o seu sentido é dado pela presença do sertão no homem de modo quase inescapável. Neste caso, mais do que nunca o lugar está dentro das idéias. Foi englobado por elas e, como tal, deve ser compreendido como parte da cultura, de *idéias arranjadas* que só podem referir-se a *um país de pessoas, de carne e sangue*, à custa de des-

naturalizá-lo, transformando-o num espelho do que somos, ainda que nem sempre nos reconhecamos nele.

Notas

ⁱ As citações se referem a *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa

ⁱⁱ BRITO, Ricardo Gomes de. *História trágico-marítima*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores; Contraponto Editora, 1998.

ⁱⁱⁱ Idem, p.49.

^{iv} GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectiva, 1986. p.25.

^v RAMOS, Hugo de Carvalho. O interior goyano. In: *A informação goyana*, v.2, n.3, p.35-37.

^{vi} DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.